

A PERGUNTA FUNDAMENTAL DE LEIBNIZ NA BASE DO IDEAL TRANSCENDENTAL DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

[LEIBNIZ'S FUNDAMENTAL QUESTION ON THE BASIS OF THE TRANSCENDENTAL IDEAL OF THE
CRITIQUE OF PURE REASON]

Eduardo Ruttko von Saltiel *

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO: Buscamos apresentar a importância das teses de Leibniz sobre a filosofia de Kant por meio de um exame da maneira como os dois filósofos refletem sobre a demonstração da existência de Deus. Para tanto, retomamos em linhas gerais a argumentação dos Princípios da Natureza e da Graça Fundados na Razão (1714) de Leibniz para demonstrar a existência de Deus. Em seguida, lembramos como uma argumentação semelhante pode ser localizada em textos kantianos pré-críticos, como a Nova Dilucidatio (1755) e O Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus (1762). Posteriormente, apresentamos (também em linhas gerais), alguns dos principais motivos elencados pela Crítica da Razão Pura (1781) que parecem ter convencido Kant a abandonar a certeza anterior sobre a efetiva validade da argumentação pré-crítica (“leibniziana”, de certa maneira). Finalmente, fazemos notar a permanência desta argumentação na seção da Crítica da Razão Pura dedicada à exposição da gênese do chamado ideal transcendental da razão pura.

PALAVRAS-CHAVE: Kant; Leibniz; Deus

ABSTRACT: We seek to present the importance of Leibniz's theses on Kant's philosophy by examining how the two philosophers reflect on the demonstration of God's existence. To do so, we return in general lines to the Leibnizian arguments of his Principles of Nature and Grace (1714) to demonstrate the existence of God. Next, we recall how a similar argument can be found in pre-critical Kantian texts such as the Nova Dilucidatio (1755) and The Only Possible Argument for a Demonstration of the Existence of God (1762). Subsequently, we present (also in broad outline) some of the main reasons listed by the Critique of Pure Reason (1781) that seem to have convinced Kant to abandon the previous certainty about the effective validity of the pre-Critical argumentation ("Leibnizian" in some way). Finally, we note the permanence of this argument in the section of the Critique of Pure Reason – dedicated to the exposition of the genesis of the so-called transcendental ideal of pure reason.

KEYWORDS: Kant; Leibniz; God

INTRODUÇÃO

No presente artigo, gostaria de usar a conhecida pergunta formulada por Leibniz em seu Princípios da Natureza e da Graça Fundados na Razão, de 1714, para explorar o tema da influência leibniziana sobre Kant. Na referida obra, Leibniz levanta uma pergunta que alguns consideram ser das mais importantes da filosofia, a saber: “por que há alguma coisa em vez do nada? ”, para em seguida

* *Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2017). Professor Adjunto da Universidade Franciscana, Brasi. mailto: edusaltil@yaho.com.br*

avançar teses que visam a demonstrar a existência de Deus com base em considerações sobre o princípio de razão suficiente.

Penso que uma linha de raciocínio semelhante à leibniziana pode ser encontrada em textos de Kant publicados antes de sua *Crítica da Razão Pura*, bem como na própria *Crítica*. Acredito também que a influência de Leibniz é importante no sentido de determinar a compreensão kantiana sobre o próprio objeto de estudo da metafísica.

Gostaria de apresentar aqui as linhas gerais da tese de que, a partir da *Crítica*, Kant abandona a pretensão semelhante à de Leibniz de determinar a existência de Deus com base na consideração sobre o que explica a possibilidade das coisas. De outra parte, também gostaria de mostrar que continua a ser importante para a *Crítica* mostrar a racionalidade presente nesta linha de raciocínio, “leibniziana” em suas linhas gerais. Para isso, parto do referido texto de Leibniz.

O texto seguirá o seguinte roteiro: inicialmente, lembrarei dos contornos da argumentação leibniziana exposta nos *Princípios da Natureza e da Graça Fundados na Razão*. A intenção é mostrar como a pergunta de Leibniz surge em um contexto que prepara sua argumentação em favor da existência de Deus. Em um segundo momento, reconstituirei os principais momentos da maneira como Kant defendia uma argumentação semelhante à de Leibniz em textos como a *Nova Dilucidatio* (1755) e o *Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus* (1762), quer dizer, antes da publicação da *Crítica da Razão Pura* (1781). Em um terceiro momento, buscarei mostrar, também em linhas gerais, os motivos pelos quais julgo que a *Crítica da Razão Pura* abandona, em sua *Dialética Transcendental*, a cogência da argumentação pré-crítica a favor da existência de Deus. Ainda assim, penso ser possível mostrar que o pensamento leibniziano continua a exercer influência sobre Kant na seção “Do ideal transcendental”, particularmente onde a *Crítica* oferece uma descrição da gênese da ideia (transcendental) de Deus.

1. A PERGUNTA E A ARGUMENTAÇÃO DE LEIBNIZ NOS PRINCÍPIOS DA NATUREZA E DA GRAÇA

No texto *Princípios da natureza e da graça*, datado de 1714, Leibniz caracteriza o princípio de razão suficiente pela tese de que:

[...] nada ocorre sem que seja possível, para aquele que conhece as coisas muito bem, fornecer uma razão suficiente para a determinação do porquê as coisas serem assim e não de outra maneira. Dado esse princípio, a primeira questão que colocamos é: por que há alguma coisa em vez do nada? Afinal, o nada é mais simples e fácil do que alguma coisa. E, ademais, mesmo que assumamos que as coisas devam existir, devemos ser capazes de dar uma razão para que existam desta forma e não de uma outra. (M.§ 32).

Leibniz prossegue e explica que a razão suficiente para a existência do Universo nunca pode ser encontrada na série das coisas contingentes – o que significava os corpos e suas representações nas almas. O motivo pelo qual a matéria não pode dar conta da razão pela existência do Universo, segundo os *Princípios da natureza e da graça*, é que a matéria é indiferente ao movimento ou ao repouso, de modo que não

podemos encontrar nela uma razão para o movimento.

Ora, prossegue Leibniz, uma vez que todo movimento na matéria tem origem em um movimento prévio, não é possível explicar a existência de qualquer movimento simplesmente recuando no tempo. Disso, é preciso concluir que a razão suficiente para a existência do movimento deve estar situada fora da série de coisas contingentes (corpos e suas representações nas almas). Mais precisamente, tal razão devia encontrar-se em uma substância que é causa da série: um Ser necessário, que traz em si a razão de sua própria existência. Assim, Leibniz concebia Deus como a razão última das coisas.

Dessa maneira, o filósofo encontrava base para afirmar que existe uma “substância simples e originária” que “deve conter eminentemente as perfeições que estão contidas nas substâncias derivadas que constituem seus efeitos”. Tal substância originária conteria, sempre segundo os Princípios da natureza e da graça, “o poder, o conhecimento e a vontade perfeitos; em outras palavras, será essa substância onipotente, onisciente e de suprema bondade”. Em contraste com esta substância, “razão que fez as coisas existirem de si mesma”, as demais coisas recebem continuamente dela “toda perfeição que possuam. Mas as imperfeições que retêm derivam da limitação essencial e inata de uma coisa criada”.

Em resumo: a fim de responder à pergunta sobre por que há algo em lugar de nada, os Princípios da natureza e da graça de Leibniz sustentam que tal resposta pode ser encontrada em Deus.

Parece-me que a Crítica da Razão Pura classificaria uma tal argumentação como um “argumento cosmológico”, isto é, um argumento que parte das seguintes premissas: se algo existe, então é preciso existir um ser absolutamente necessário; ora, existe algo; logo, existe um ser absolutamente necessário. Embora esse gênero de argumento seja posteriormente recusado pela filosofia kantiana, creio ser importante perceber como ele desempenhou um papel importante em seu desenvolvimento, assim como ele parece continuar a ser relevante para compreendermos a gênese da ideia de Deus na Crítica da Razão Pura.

2. A ARGUMENTAÇÃO KANTIANA PRÉ-CRÍTICA

É útil lembrarmos aqui, mesmo que brevemente, o desenvolvimento das reflexões de Kant sobre a possibilidade de se demonstrar a existência de Deus. Em textos anteriores à Crítica da Razão Pura, como na Nova Dilucidatio de 1755, ou em O Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus de 1762, vemos Kant defender uma prova da existência de Deus que assenta sobre a consideração da possibilidade das coisas. Tome-se, por exemplo, a concisa argumentação da Proposição VII da Nova Dilucidatio:

Uma vez que a possibilidade resulta apenas da conjunção de certas noções que não se contradizem, a noção de possibilidade advém, portanto, de uma comparação; com efeito, em toda comparação é necessário que aquilo comparado esteja disponível, e, onde nada existe em geral, não há lugar para a comparação e para a noção de possibilidade, que corresponde àquela; conseqüentemente, nada pode igualmente ser concebido como possível, a menos que tudo que é real em toda noção possível exista, e,

de fato (pois, se negares isso, em geral nada seria possível, isto é, seria apenas impossível), exista de modo absolutamente necessário.

Ou seja, partindo da consideração sobre a possibilidade das coisas – explicável por meio de uma conjunção de certas noções que não se contradizem – Kant concluía que deve haver algo que exista com necessidade. Um ente que existe de maneira necessária, assim prosseguia a linha de raciocínio deste texto pré-crítico, deve ser identificado a Deus. Fundamentalmente, a necessidade absoluta demanda que todas as realidades estejam reunidas em um único ente, uma vez que a distribuição das realidades entre vários entes não faria jus à necessidade.

Penso que é válido aproximar essa argumentação kantiana daquela apresentada por Leibniz nos Princípios da natureza e da graça: ao perguntar-se sobre como é possível que haja algo – como são possíveis as possibilidades das coisas – Kant concluía que somente um ente necessário era capaz de explicá-las. Dito de outra maneira, ao se perguntar sobre por que existe algo em lugar de nada, a Nova Dilucidatio sustentava que podíamos encontrar uma resposta apontando para a existência de Deus.

Essa era também, em suas linhas básicas, a linha de raciocínio que o texto kantiano posterior O Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus exhibia. Aqui, ao perguntar-se sobre o que explica que algo seja possível, Kant apontava para duas condições: em primeiro lugar, nenhuma possibilidade pode violar o princípio de contradição; e em segundo lugar, a fim de que alguma coisa seja pensável como possível, é preciso que ela possua alguma realidade – caso contrário ela seria um simples nada, privado de todo conteúdo, e não poderia ser mesmo pensada como uma possibilidade.

Mais uma vez, parece-me que podemos colocar o raciocínio kantiano à luz da pergunta levantada por Leibniz (por que há alguma coisa em vez do nada?). A resposta de Kant em O único argumento possível consistia em responder tal pergunta apelando para um ser que contivesse em si a razão de todas as realidades necessárias para mostrar como algo pode ser possível. A partir do exame do que explica como algo pode ser possível em geral, Kant pensava estar justificado em concluir a existência da “substância simples e originária”, se quisermos lembrar aqui das palavras de Leibniz .

Feita essa reconstrução geral da maneira como os textos de Kant publicados antes da Crítica da Razão Pura apresentavam argumentos em prol da existência de Deus, cabe agora voltarmos nossa atenção para a maneira como a Crítica trata da questão.

3. A POSIÇÃO DE KANT NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Enquanto textos como a Nova Dilucidatio e O único argumento possível buscavam determinar a existência de Deus com base na análise das possibilidades, podemos afirmar que a Crítica da Razão Pura consiste, entre muitas outras coisas, numa investigação sobre a legitimidade das pretensões cognitivas desse tipo de argumentação.

Parece pacífico dizer que a estratégia adotada pela Crítica para explicar a possibilidade de qualquer conhecimento metafísico consiste em relacionar tal

conhecimento às condições de possibilidade da experiência. Alguns poucos exemplos devem servir para mostrar a plausibilidade desta interpretação: de acordo com as teses críticas, representações como espaço e tempo têm asseguradas uma origem a priori, pois sem elas não é possível conhecimento empírico. De maneira análoga, noções como as de substância e causa também precisam ser a priori, uma vez que permitem explicar a permanência e a interação de objetos no espaço – ou seja, correspondem, uma vez mais, a condições necessárias para que haja conhecimento empírico.

Em contrapartida, a noção de Deus não desempenha a mesma função das formas da sensibilidade e das categorias do entendimento. Segundo a Crítica, a experiência não garante a conclusão de que há um ente necessário, que devemos identificar a Deus. Nesse sentido, o ponto de partida crítico – segundo o qual todo conhecimento metafísico demanda alguma referência à possibilidade da experiência – é incompatível com as pretensões da teologia racional. Penso que uma passagem interessante para entendermos os motivos que levaram Kant a abdicar destas pretensões se encontra no texto da chamada Quarta Antinomia da Crítica da Razão Pura, em que tese e antítese sobre a existência de um ser necessário se contrapõem.

O que, mais especificamente, buscava mostrar a Tese desta Antinomia? Lemos o seguinte: “Ao mundo pertence qualquer coisa que, seja como sua parte, seja como sua causa, é um ser absolutamente necessário” (A 452/B 480). Sua Antítese, em contrapartida, buscava estabelecer que “Não há em parte alguma um ser absolutamente necessário, nem no mundo, nem fora do mundo, que seja a sua causa” (A 453/B 481). Quer dizer, a Quarta Antinomia da Crítica da Razão Pura se ocupava essencialmente com a possibilidade de demonstrar a existência de um ente necessário, levando em consideração a inteligibilidade do mundo. Por isso, a ela se ocupa essencialmente com a discussão da viabilidade do argumento cosmológico.

Por que, em princípio, a noção de mundo demandaria a existência de um ente necessário? Penso que a argumentação apresentada aqui pela Tese da Quarta Antinomia tem semelhanças com a argumentação dos Princípios da natureza e da graça de Leibniz, assim como com as linhas gerais desenvolvidas pelos textos pré-críticos de Kant. Em ambos os casos, ao nos perguntarmos por que há algo em lugar de nada, somos levados a afirmar, a partir da existência de coisas contingentes (no caso dos Princípios da natureza e da graça de Leibniz), ou do fato de que há possibilidades (no caso de textos pré-críticos de Kant), ou, mais uma vez, do fato de que há coisas contingentes na experiência (na Quarta Antinomia da Crítica), que deve haver um ente necessário.

O que explica essa conclusão, no caso da Tese da Quarta Antinomia, é basicamente a representação de que as mudanças no mundo sensível pressupõem condições que as precedem no tempo. Disso, a Tese conclui que é preciso pressupor “uma série completa de condições até ao absolutamente incondicionado” – o que permitiria afirmar a existência de “algo absolutamente necessário, se existe uma mudança como sua consequência” (A 453/B 481).

Contra o argumento da Tese, a Antítese da Quarta Antinomia sustenta que supor a existência de um ser necessário no mundo demandaria afirmar um começo sem causa, o que seria contrário “à lei dinâmica da determinação de todos os fenômenos no tempo” (A 453/B 481). Ainda com relação à hipótese que afirma a existência de um ser

necessário no mundo, outra possibilidade seria sustentar que a própria série de mudanças não teria começo, sendo absolutamente necessária em seu todo. Quanto a esta tentativa de mostrar que há um ser necessário no mundo, a Antítese objeta que tal série necessária no todo seria contraditória com o fato de todas as suas partes serem condicionadas e contingentes (A 453/B 481).

De outra parte, prossegue a Antítese, supor a existência de um ser necessário fora do mundo como sua causa sem pensá-lo como agindo no tempo seria problemático, razão pela qual deveria ser pensada como pertencente ao mundo (o que contraria a hipótese). Não nos deteremos, aqui, na análise da plausibilidade dessas afirmações da Antítese.

Ora, além de a Antítese apresentar argumentos que impedem a supremacia incontestada da Tese da Quarta Antinomia, a Crítica da Razão Pura faz outra consideração interessante para entendermos os motivos que levam Kant a negar a viabilidade de certa utilização do argumento cosmológico. Na Observação Sobre a Tese da Quarta Antinomia, Kant sustenta que, para ser capaz de provar a existência de um ser necessário distinto do mundo (como sua causa), é preciso recorrer a uma argumentação cosmológica que faça uso de uma noção de contingência que não se coaduna com os requisitos gerais da Crítica da Razão Pura.

Isto porque, para mostrar que há um ser necessário com base na noção de contingência e que é distinto do mundo, nos diz agora Kant, seria preciso recorrer a uma noção de contingência no sentido puro. Lemos na Crítica que “contingente, no sentido puro da categoria, é aquilo cujo oposto contraditório é possível” (A 459/B 487). Como tal conotação de contingência justificaria concluir que há um ser necessário, segundo o raciocínio cosmológico?

Penso que podemos interpretar este emprego da noção de contingência como uma alusão à argumentação kantiana pré-crítica, que tomava seu ponto de partida na consideração das possibilidades. Com base no exame das possibilidades, tanto a Nova Dilucidatio quanto O único argumento possível buscavam encontrar uma base para a afirmação de um ser necessário. O que explica que haja alguma coisa possível, de acordo com estes textos? Um ser necessário, fundamento de toda a realidade necessária para concebermos qualquer possibilidade. Aqui, me parece, Kant respondia de maneira semelhante a Leibniz à pergunta feita pelos Princípios da natureza e da graça.

Ocorre que tal sentido de contingência não é reclamado pela experiência: não há na experiência algo que demande a noção de contingência no sentido puro. O que a mudança temporal reclama é uma contingência em sentido empírico, isto é, “que o novo estado não poderia surgir por si próprio sem uma causa, pertencente ao tempo anterior, em virtude da lei de causalidade” (A 460/B 488). Isto é, não precisamos pressupor a contingência pura para explicar a contingência empírica. O que demanda uma sucessão de determinações? Repetindo: tal sucessão exige uma causa empírica (pertencente ao estado anterior), mas não justifica “aquilo cujo oposto contraditório é possível”.

Disso, me parece, fica deslegitimado o movimento argumentativo constante em textos como a Nova Dilucidatio e O Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus. Por isso, um aspecto da influência leibniziana sobre Kant deixa de estar presente na Crítica da Razão Pura: uma vez que a experiência

não permite concluir que há um ente necessário, a obra não avança da mesma maneira como avançavam os textos pré-críticos em direção à afirmação de sua existência.

Mesmo assim, penso que a influência de Leibniz sobre Kant continua sendo importantíssima na obra. Na seção “Do ideal transcendental (prototypon transscendentale)”, Kant continua a vincular a gênese do que ele classifica agora como a “ideia transcendental” de Deus a um processo racional. A diferença é que, apesar de racional, tal processo não encontra mais a legitimidade epistêmica exigida pela metodologia da Crítica da Razão Pura. Dito de outra forma: embora a ideia da existência de Deus seja uma demanda da razão, não encontramos a base necessária para afirmá-la tal como pretendiam os textos kantianos pré-críticos.

Em que consiste esse processo racional, segundo a Crítica? Mais uma vez, o ponto de partida da seção “Do ideal transcendental” é uma reflexão sobre as condições que explicam a possibilidade de uma coisa em geral.

Na descrição desta seção sobre o processo racional que visa a responder como vimos a formar a ideia de Deus, a título de exposição geral do texto de Kant, podemos nos referir a três estágios. Em primeiro lugar, é importante atentar ao chamado “princípio de determinação completa” (A 571/B 599). Segundo ele, toda coisa existente (diferentemente de um conceito qualquer) é pensada como completamente determinada com relação a qualquer par de predicados opostos. Kant pondera que, para darmos inteligibilidade a este princípio, não basta apelarmos ao princípio de não-contradição: além de nenhuma coisa poder ser pensada como determinada por dois predicados opostos, é preciso também concebermos a integridade da realidade. Sem pensarmos na “matéria”, ou no conteúdo de todos os predicados, não teríamos como pensar as coisas como completamente determinadas.

A reflexão sobre o conteúdo que permite pensar as coisas, quanto a suas possibilidades, como completamente determinadas leva a seção do “Do ideal transcendental” a apresentar a noção de omnitudo realitatis (A 576/B 604) – que poderíamos chamar de “segundo passo” da descrição da seção sobre a origem da ideia transcendental. Tal noção exprime a reunião de todas as realidades, sem as quais não seria possível conceber o princípio de determinação completa. Na base dessa omnitudo está o que Kant refere como o ens realissimum: o ser que reúne em si toda a realidade (A 576/B 604).

Dessa maneira, vimos compreender como todas as coisas vêm a ser representadas como uma limitação do conjunto completo de toda a realidade. Quer dizer, torna-se possível pensar as coisas como limitações desse todo, o qual contém a provisão inteira da realidade. Infere-se, assim, a totalidade do limitado a partir da totalidade incondicionada.

Um próximo passo consiste em dividir o que existe entre prototypon de todas as coisas (a coisa originária) e ectypa (cópias deficientes). Chega-se, assim, aos conceitos de ens originarium, ens summum e ens entium (A 578-9/B 606-7). Ou seja, temos uma descrição do processo pelo qual são progressivamente obtidos os conceitos empregados na teologia racional.

Com isso, parece-me que a pergunta levantada pelos Princípios da natureza e da graça encontra uma resposta semelhante à de Leibniz na Crítica, ainda que sua força

epistêmica tenha sido fortemente alterada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

58

- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. F. Mattos. Petrópolis: Vozes, 2013.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. M. Santos e A. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- KANT, Immanuel. Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseyns Gottes. In: *Kants Werke*. Berlin: Georg Reimer, 1912. V. II, pp. 63-163.
- KANT, Immanuel. *Kants Werke*. Berlin: Georg Reimer, 1912.
- KANT, Immanuel. Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova dilucidatio. In: *Kants Werke*. Berlin: Georg Reimer, 1912. V. I, pp. 385-416.
- LEIBNIZ, G.W. *Discurso de metafísica*. Tradução de Marilena de Souza Chauí Berlinck; Luiz João Baraúna. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).
- LEIBNIZ, G.W. Principes de la nature et de la grâce fondés en raison. In : *Œuvres philosophiques de Leibniz*. Ed. Paul Janet. Paris: Félix Alcan, 1900. Volume I, tome premier (pp. 723-731).
- LEIBNIZ, G.W. *Princípios da razão e da graça*. Tradução de Fernando Luiz B. G. e Souza. Disponível em: <http://www.leibnizbrasil.pro.br/leibniz-traducoes/principios-da-natureza-e-graca.htm>
- LEIBNIZ, G.W. C. I. Gerhardt. *Die Philosophischen Schriften von Leibniz*, 7 vols. Hildesheim: Olms. 1965.